

COMO SE DÁ O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CRIAÇÃO DE TERRAS EXCLUSIVAS PARA ÍNDIOS NO BRASIL PELO SUPREMACISMO BRANCO?

O processo se dá segundo as regras do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, do presidente Fernando Henrique Cardoso nas seguintes fases.

1. Publicação do ato (Portaria) que constitui um Grupo Técnico.
 - a) **Estudos de identificação e delimitação**, a cargo do Governo Federal.
 - b) Contraditório administrativo, pelos interessados – prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da Portaria.
 - c) Início do prazo para pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do Relatório Circunstanciado.
2. **Declaração** dos limites, a cargo do Ministro da Justiça, com publicação do resumo do Relatório Circunstanciado no *Diário Oficial da União*.
3. Prazo restante de 90 (noventa) para pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do Relatório Circunstanciado.
3. **Demarcação física**, a cargo do Governo Federal;
4. **Homologação** da demarcação, a cargo da Presidência da República;
5. **Regularização**: registro das terras indígenas nos Cartórios de Registro de Imóveis, a pedido da Funai; e
6. Incorporação ao patrimônio da União, a cargo do Governo Federal.

Embora a homologação seja o último ato de declaração das terras como sendo “indígenas”, as limpezas étnicas contra o povo Mestiço podem ocorrer e têm ocorrido frequentemente antes desta etapa.